

RELATORIA DA 2ª REUNIÃO DO GRUPO DA TERRA

Em Brasília/DF, entre os dias 20 a 22 de março de 2024 aconteceu a 2ª Reunião do Grupo da Terra, cujo objetivo foi debater a gestão participativa das diferentes iniciativas de formação que dialogam com as demandas do Grupo da Terra, conforme encaminhamentos da 1ª reunião que ocorreu em dezembro de 2023.

20/03

Para iniciar a reunião as e os participantes se organizaram em formato de círculo e debateram sobre o tema de forma aberta. Foram apresentados informes gerais e uma análise de conjuntura do atual cenário das políticas que atendem as populações do Campo, Águas e Florestas.

Informes:

- Agroecologia e Saúde - PLANAPO: atendendo demanda da sociedade civil, Ministério da Saúde propôs inclusão do eixo saúde no 3º plano nacional de agroecologia e produção orgânica com vigência de 2024 a 2027.
- Conferência de gestão do trabalho e educação na saúde: com o tema "Democracia, Trabalho e Educação na Saúde para o Desenvolvimento: Gente que faz o SUS acontecer". As etapas municipais e regionais já estão acontecendo e devem ir até abril, a etapa nacional será de 10 a 13 de dezembro.
- Memorial COVID-19: será construído no Rio de Janeiro como esforço de manter viva a memória e homenagem aos que não resistiram.
- Protocolo de Intenções entre Ministério da Saúde e Ministério da Pesca e Aquicultura para Saúde das Mulheres das Águas: serão construídas ações conjuntas para atender demandas de saúde das populações das águas, movimentos serão convidados a participarem dos debates e formulações.
- Edital farmácias vivas: prevê recurso de até R$ 5,5 milhões e podem participar secretarias municipais e estaduais de Saúde, aberto até 19 de abril.

Durante a apresentação dos informes, suscitou uma discussão sobre os critérios do programa Farmácia Viva, uma vez que os editais que são lançados não atingem diretamente os

movimentos sociais do campo, floresta e águas, que cultivam as plantas medicinais, deixando muitos de fora. Conforme explicitado pelos movimentos, atualmente é a gestão municipal que inicialmente deve aderir aos editais do programa para então articular com a sociedade civil o pleito.

Foi informado que o desenho dos editais do Programa Farmácia Viva corresponde aos critérios rígidos de controle da Anvisa. Neste sentido, é necessário desenhar uma resolução diferente (um novo programa), que abarque a atuação direta dos movimentos sociais, alinhada ao modelo de atenção à saúde que se pretende desenvolver no Campo.

Também foi informado sobre o processo de elaboração de um acordo de cooperação técnica entre MDA e MS nesta perspectiva de dar mais protagonismos aos agricultores familiares na disponibilização de insumos para o SUS. Como encaminhamento, ainda foi sugerido que esta discussão seja apresentada para o comitê de plantas medicinais para aprofundamento.

1. Análise de Conjuntura

Para iniciar a análise de conjuntura, foi proposta uma dinâmica de apresentação envolvendo os movimentos sociais e representantes do Ministério da Saúde. Movimentos, com elementos místicos, reforçam que é necessário um projeto popular para saúde e afirmam: "Queremos construir juntos". Representantes dos Movimentos Sociais fizeram uma rodada de falas, trazendo os elementos da conjuntura.

- Edinaldo / Didi (Setor Saúde do MST/BA): O diálogo do governo com os Movimentos Sociais existe, mas as bases dos movimentos cobram que seus representantes levem devolutivas concretas para o território após os diálogos com o Governo.
- Noemi (Movimento de Mulheres Camponesas): Necessidade de estarem informados sobre o Governo e o MS, pois os Movimentos querem ajudar nessa sustentação para não retroceder. “Governo paralelo nas Emendas Parlamentares vão para governos municipais e estados autoritários”. Pontua contexto dos serviços de saúde e dificuldades no acesso. Questiona “Como o MS direciona as Emendas Parlamentares?”. “Como podemos ajudar?” e finaliza: “Estamos muito preocupados em derrotar o fascismo”.
- Marizelha (Ilha de Maré/SSA BA): “O Tempo do Estado não é o mesmo que o nosso!”. É preciso respeitar os tempos das águas, mexendo com a Natureza, com o Tempo, Matas, Cultura, com o Saber Feminino. “Que estrutura é essa?”. As decisões não estão sendo acompanhadas pelos movimentos sociais, destaca.

- Valcler Rangel (Assessor especial da Ministra da Saúde): Inicia trazendo elementos da conjuntura internacional, apontando que o fascismo se movimenta no mundo e no Brasil, provocando crises climáticas e guerras. O governo brasileiro passa a ter uma postura central de enfrentamento, com posicionamentos mais progressistas e de combate às desigualdades, se engajando nas interlocuções multilaterais e conexões Sul-Sul enquanto enfrenta tentativas de desconstrução do pensamento de esquerda. Nacionalmente, estamos em um cenário de coalizão (união e reconstrução), de um governo amplo com muitos partidos. O fascismo no Brasil não está derrotado, pelo contrário, se tornou um pensamento popularizado, que reflete diretamente na pauta da saúde, pois a narrativa que se constrói em torno das políticas de saúde que o MS precisa implementar é carregada pelas pautas morais. A atual gestão recebeu um Ministério muito debilitado, sem contar que a Pandemia prejudicou ainda mais o SUS, para enfrentar várias crises, como a questão dos Yanomamis, os Hospitais Federais e a Dengue, sendo que são especialmente de responsabilidade de Estados e Municípios e um desafio grande é responsabilizá-los. Diante deste cenário, foi necessário ainda abrir espaço para as lutas populares, reimplantar todos os colegiados de participação social e realizar uma árdua discussão sobre orçamento junto ao Congresso.
- Iara (Secretaria Geral Presidência da República): Complementa com a retomada das instâncias de participação social pela Casa Civil. GT de Territórios de 16 experiências, 4 experiências destas são da sociedade civil. Mas concorda que as políticas públicas estão desarticuladas e que há necessidade de articulação e participação popular.

O desafio que fica é: melhorar a comunicação e atender às bases que elegeram o atual governo, potencializar as ações a partir das articulações e ações populares.

2. Roda de Conversa Saúde e Educação do Campo, Floresta e Águas

- Laíze Rezende de Andrade: Secretária Adjunta da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) / Ministério da Saúde.

Inicia falando do trabalho para restituir a cultura organizacional, reorganizar o orçamento e que 2023 foi um ano de remanejamento, de união entre as Secretarias, para reativar as discussões com estados e municípios. Questões relativas ao Congresso/Comunicação. Aponta a Política Nacional de Atenção Especializada, mais de 5 mil médicos. Ainda, contexto de Fake

News e ataque das imprensas tradicionais e defensiva. Ataque à uma Ministra mulher, que não é médica (perspectiva de gênero, biomédica, orçamentária), representa um ataque ao feminino e à proposta de saúde ampliada. Necessidade de enfrentamento nos territórios.
Foi abordado sobre o estado de desmonte das políticas e programas da secretaria causado pelo governo anterior. Diversas ações foram retomadas. O Programa de Equidade, além de ser uma inovação, impulsionou outras pautas como o PET, dando outra direcionalidade em termos de fomento, mexendo nas estruturas da burocracia. Diversas discussões foram feitas com o jurídico da pasta para que pudessem redesenhar os normativos.
O Programa AgPopSUS foi desenhado para agregar educação popular no roll de entregas da pasta. Já o ViverSUS proporcionará que estudantes da área da saúde entrem em contato com a realidade promovendo diferencial na percepção por meio das vivências no SUS.
Em relação aos trabalhadores e trabalhadoras do SUS, a expositora identifica que a gestão de serviços de saúde por meio de OSS dificultam a compreensão de que os profissionais estão atuando no SUS. O Ministério da Saúde voltou a induzir a função de apoiadores institucionais nos estados. Anuncia ainda a elaboração de Mestrado para projetos de intervenção no campo, água e floresta e movimentos sociais, junto à escola Politécnica/ENSP/Fiocruz. Estão ainda com projeto de fomento para a formação para Agentes comunitários de saúde e na elaboração de Boletim sobre as ações da SGTES para a população do campo, água e floresta.

- Evandro Medeiros: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) / Ministério da Educação.

Dialoga com os movimentos apresentando sua vivência neste “Lugar de tensionamento” que é o governo. Dialoga com o que foi dito antes, sobre o tempo do Estado ser diferente do tempo das populações do campo, floresta e águas. Fala de um espaço forjado pelas lutas populares que foi a Conferência Nacional de Educação, que ocorreu nesse início de ano, envolvendo 180 movimentos sociais, com escuta e proposição com os movimentos sociais. Outro exemplo de espaço de elaboração de políticas com participação social é a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) que desde 2023 vem reunindo e formulando o Planapo. Sobre a educação do campo, relata que o governo anterior não deixou qualquer informação disponível. O Programa Escola da Terra não estava acontecendo. Em 2023, foram criadas cinco mil vagas deste programa e pagos os recursos que estavam pendentes de repasse. MEC está em retomada das escolas quilombolas e educação continuada para

indígenas com licenciatura bilíngue. Mas ainda há a necessidade de uma política de educação para atender imigrantes, LGBTQIAP+ entre outras populações.

Seguiu-se com debate entre as pessoas participantes, dialogando com a e o convidado.

21/03

3. Saneamento Rural

Dado início da reunião, a mediadora, Sra. Juliana Acosta – Ministério da Saúde inicia pontuando que o Saneamento Rural não estaria presente na pauta desta 2ª reunião, pois o foco definido para esta reunião foi formação, porém, como algumas reuniões aconteceram, foi inserido para informe e decisão coletiva das próximas ações.

A palavra foi passada para o Sr. Valcler que iniciou destacando a natureza permanente do grupo de trabalho sobre água e saneamento na Fiocruz, ressaltando a importância desse tema. Ele mencionou uma reunião anterior, no formato virtual, com membros do grupo, incluindo o pesquisador Alexandre Pessoa e também conversas com Sr. Léo Heller, para entender o cenário atual, especialmente após a reorganização envolvendo a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. O governo Lula propôs a extinção da FUNASA, tendo suas atribuições divididas entre o Ministério da Saúde - MS e o Ministério das Cidades, sendo o Saneamento alocado no Cidades. O congresso não aprovou a Medida Provisória e assim a FUNASA voltou a existir, mas ainda não teve sua reestruturação definida, o que gera incertezas quanto à atribuição da implantação do Programa Nacional de Saneamento Rural PNSR, que era de responsabilidade da FUNASA. Sr. Valcler relatou uma conversa que teve com a Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, onde questões relevantes foram levantadas, especialmente sobre o Comitê Interministerial de Saneamento, do qual a secretária participa e se comprometeu em levar a pauta do saneamento rural. Relatou ainda uma reunião recente com representante da Secretaria de Saneamento do Ministério das Cidades, simbolicamente no prédio onde funcionava a FUNASA, em que foi tratada da complexidade da situação devido à redistribuição dos servidores para outros ministérios. Na oportunidade o Ministério das Cidades afirmou sua responsabilidade na coordenação do Saneamento Rural e que isso não está em discussão, mesmo com a possível volta da FUNASA. Expressou preocupação com o atraso na implementação das etapas previstas no PNSR, mencionando que as metas estabelecidas para 2023 não foram alcançadas. Enfatizada a necessidade de clarificar a governança do plano, identificando as instâncias responsáveis e os pontos de contato. Por fim,

sugeriu a realização de uma oficina de trabalho e a criação de uma câmara no Grupo da Terra dedicada ao tema, com representação de integrantes dos movimentos sociais, visando uma melhor articulação e fluxo de informações.

Passou-se a palavra ao Sr. Guilherme Netto, representando a Fundação Oswaldo Cruz FIOCRUZ, destacou o compromisso da instituição com essa temática, mencionando pesquisadores dedicados, como Alexandre Pessoa, e a colaboração no desenvolvimento do Plano Nacional de Saneamento Rural (PNSR). Ele expressou uma frustração com o atual cenário e mencionou um GT da Fiocruz onde são discutidas políticas e encaminhamentos relacionados ao tema, em colaboração com o Ministério da Saúde. Mencionou também a mudança institucional que transferiu a responsabilidade do saneamento para o Ministério das Cidades, o que ele considera prejudicial e ressaltou a importância de uma tomada de decisão política para avançar nessa questão e destacou que o saneamento é fundamental para garantir saúde e direitos plenos no país. Ele reconheceu avanços na cobertura de água e saneamento em áreas urbanas, mas enfatizou que ainda há um déficit significativo em áreas rurais e de florestas. Ele compartilhou uma experiência pessoal em comunidades ribeirinhas, onde a falta de acesso ao saneamento básico resultou em problemas de saúde graves, como diarreia e vômito, especialmente durante períodos de seca. Guilherme concluiu reforçando a necessidade de a saúde pública pressionar as autoridades responsáveis pelo saneamento e destacou a urgência em abordar essa questão para garantir o bem-estar das comunidades afetadas.

A Sra. Juliana, reiterou que não estava na pauta um debate aprofundado sobre o tema do saneamento rural, pois a proposta é organizar uma oficina em conjunto com o Ministério das Cidades, que está ausente nesta reunião. Expressou ainda preocupação com um possível esquecimento do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) que contou com esforço do Grupo da Terra na sua elaboração. Reforça a proposta de estabelecer uma Câmara Técnica com representantes dos movimentos sociais para garantir continuidade nas discussões, e melhor articulação com Ministério das Cidades para retomada do PNSR.

- A Sra. Nega relatou preocupações e questionamentos em relação à transferência da pasta de saneamento para o Ministério das Cidades, em vez do Ministério da Saúde. Ela expressou inquietações sobre a falta de clareza nos critérios dessa mudança e questiona se o Ministério das Cidades possui a expertise necessária para lidar com essa questão crucial para a saúde pública menciona a preocupação com a falta de políticas de saneamento adequadas, especialmente em regiões como a Amazônia, onde a falta dessas políticas pode levar a consequências graves. Ela destacou a importância de

programas do SUS (Sistema Único de Saúde) e expressou preocupação com os possíveis impactos negativos dessa mudança ministerial nesse programa. Além disso, levantou questões sobre a defesa da continuidade do programa de saneamento rural, enfatizando a dependência das comunidades tradicionais, especialmente aquelas ligadas à pesca e à agricultura, em relação à efetivação desse programa. Por fim, ressaltou a importância de ouvir e aproveitar a experiência e conhecimento de pessoas envolvidas nessas questões, como o Sr. Alexandre, e questionou como o Ministério das Cidades irá integrar essa discussão coletiva.

- A Sra. Katia Souto expôs que a sugestão de encaminhamento para oficina precisa ser mais célere, que não dá para esperar muito tempo, pois, foi uma pauta que paralisaram de forma errada. Destacou a expertise construída pelo movimento social em parceria com instituições acadêmicas na construção do plano, bem como a importância de incluir a participação social. Ela também mencionou a importância de definir datas para os processos e sugere envolver o Ministério da Saúde e o movimento social na retomada do projeto interrompido. Considerou ser urgente trazer de volta essa pauta, considerando os novos desafios, como as mudanças climáticas, e propôs a inclusão de especialistas, gestores e novos participantes no processo. A oradora encerrou a fala destacando a necessidade de uma abordagem reflexiva na construção da oficina, visando ao aprendizado coletivo e à compreensão do contexto histórico e das ações realizadas anteriormente.
- A Sra. Noemi reforçou o ponto levantado pela Sra. Kátia sobre a importância de não perder de vista o processo do saneamento rural, destacando que esse processo deve considerar as realidades no campo, florestas e águas. Ela destacou a necessidade de abordar não apenas a potabilidade da água, mas também a gestão sustentável dos resíduos, integrando o saneamento com a prática da agroecologia. Ela propôs que o Grupo da Terra tenha um espaço de dois dias antes das reuniões regulares para discutir suas necessidades em relação à atenção básica, a fim de alinhar as demandas e garantir uma abordagem mais coesa. Ela sugeriu que isso ajudará a definir as equipes e escopo da atenção básica de forma mais precisa. Ela expressou preocupação com a proposta do Ministério das Cidades em relação ao saneamento e enfatizou que é essencial que as comunidades sejam ouvidas e participem ativamente das decisões que afetam suas realidades.
- O Sr. Valcler falou que é uma equação complexa e acredita que deveriam pegar alguém da floresta, do campo e das águas e chamá-los para representar o todo, que esses

representantes não seriam responsáveis por todas as decisões, mas seriam consultados em momentos chave. Ele propõe que a escolha desses representantes poderia ser decisiva para garantir a agilidade necessária nos processos, citando a recente reunião com o Ministério das Cidades como exemplo da importância da rapidez nas decisões. Ele mencionou a posição do governo em relação à FUNASA, explicando que houve uma proposta para que a agência fosse transferida do Ministério da Saúde para o Ministério das Cidades, mas essa mudança foi revertida pelo Congresso Nacional. Ele destaca que essa situação causou confusão institucional e que a FUNASA estava enfrentando dificuldades em cumprir suas responsabilidades, o que levou à necessidade de revisão do arranjo institucional.

- O Sr. Guilherme pontuou que a disputa é política e tem que ser feita de maneira adequada. Sugeriu que no processo de orientação da oficina, façam painéis que orientem, que existem movimentos que poderão ser feitos e anunciou que o BIDE os procurou para implementar um grande processo de formação de larga escala na base EAD (Educação à Distância), que eles estão com pressa e pode ser que isso fortaleça.
- A Sra. Irânia expôs que esse tema não é novo para o grupo da terra e por isso, há pessoas deste grupo que podem participar dessa discussão por conhecer a pauta. Que acha perigosa a pauta de trazer a FUNASA de volta, porque as coisas não funcionaram, por isso, devem pegar o que possuem e elencar prioridades, sendo uma delas o saneamento rural.

4. Processos formativos em curso ou em construção no âmbito da educação permanente em saúde

A mediadora passou a palavra ao Sr. Júlio Cesar Schweickardt - Pesquisador da Fiocruz/Amazonas para apresentação. Na oportunidade, o Sr. Júlio apresentou o tema "Formação de Trabalhadores e Trabalhadoras que atuam no cuidado em Saúde da População do Campo, da Floresta e das Águas em diferentes territórios", mostrou alguns livros que desenvolveram e que envolve trabalhadores da saúde e relatou que o tema da apresentação se refere a um processo formativo que envolve questões políticas e seus desdobramentos dentro desses territórios. O orador explicou que o objetivo é desenvolver um processo de educação permanente, com trabalhadores e trabalhadoras da saúde do campo, floresta e águas na região norte e no Maranhão. As metas do projeto referem-se à elaboração de materiais pedagógicos para o processo formativo; realização de formação de trabalhadores da saúde do campo, floresta e águas e divulgação das atividades desenvolvidas no âmbito da

formação nos formatos de livros, artigos e documentários. O público alvo do projeto são 3.500 trabalhadores de saúde que trabalham com população dos campos, das florestas e das águas, nas diferentes áreas de gestão, tanto de nível superior, como de nível técnico. A metodologia do projeto é pela perspectiva da educação popular em saúde, dialogando com acolhimento, participação, construção coletiva e emancipação de forma a dialogar com os saberes e conhecimentos tradicionais, populares e das medicinas indígenas. Fizeram o primeiro encontro de formação em janeiro do corrente ano e a formação se dividirá em 05 (cinco) módulos, que totalizam 160 horas. Que existe o desafio de logística, mas não querem abrir mão do encontro presencial. No primeiro módulo, pretendem tratar sobre o Sistema Único de Saúde – SUS, sobre a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta - PNSIPCFA e história do grupo da Terra, sobre o processo de trabalho das equipes do Campo, da Floresta e das Águas, entre outros. No segundo módulo, tratará sobre saúde e território. No terceiro módulo, discutir-se-á acerca de população e cultura, incluindo-se religiosidades, ancestralidades e etnocentrismo. O módulo quatro tratará sobre estrutura social e o módulo cinco tratará sobre trabalho e educação, envolvendo processos de trabalho, atendimentos domiciliares, atendimento na comunidade, pontos de apoio ou unidades satélites. O palestrante relatou que possuem alguns parceiros que estão participando da execução do projeto, sendo esses, o Grupo da Terra, o Conselho de Secretários Municipais de Saúde, as Secretárias Estaduais de Saúde, a Escola de Saúde
Pública do Maranhão e de Manaus e a Rede de Mestrado Profissional em Saúde da Família.
Por fim, o palestrante finalizou e trouxe 05 (cinco) questionamentos para que os participantes discutissem após o intervalo.
Na sequência a Sra. Lilian explicou que a proposta em discussão, que está sendo apresentada ao Grupo da Terra para avaliação e participação efetiva, tem como foco os trabalhadores da atenção primária na região em questão. Ela destacou a importância da colaboração entre a SGTES (Secretaria Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde) e a SAPES (Secretaria de Atenção Primária à Saúde) nesse processo formativo, mencionando que a SGTES focará na educação permanente, enquanto a SAPES se concentrará na formação dos profissionais da atenção primária em todo o Brasil. A Sra. Lilian mencionou que já existe um processo em andamento para ampliar esse processo formativo para além das regiões da Amazônia e do Pantanal Sul-mato-grossense para o restante do Brasil, e que esse é o ponto de partida do projeto. Após, a mediadora organizou os participantes em dois grupos para discussão, onde cada grupo abordou diferentes perguntas.

Trabalho em Grupo

Após o intervalo, os participantes foram convidados a desenvolver o trabalho em grupo, onde dividiram-se em dois grupos e foi sugerido que refletissem sobre as seguintes questões:

Destinada aos dois grupos:

1. O que é importante que as equipes de saúde saibam nesses territórios? Destinadas ao grupo 1:
2. Como os processos de trabalho das equipes de saúde podem fortalecer a saúde nesses territórios?
3. Como o Grupo da terra poderia participar do processo formativo (materiais pedagógicos, encontro)?

Destinadas ao grupo 2:

4. Que experiências podem nos servir de “exemplo” ou “destaque” para o processo formativo?
5. Como construir/estabelecer o diálogo entre a formação (produtos gerados no processo educacional), trabalho das equipes e os movimentos sociais?

Socialização e debate

Seguindo o encaminhamento da reunião, os grupos apresentaram a sintetização dos debates, em que responderam às questões propostas.

O Grupo 1, destacou que o importante para que as equipes de saúde saibam nesses territórios é o conhecimento em relação a saúde mental; promoção da saúde, linguagem acessível às populações – interculturalidade (práticas culturais locais); o respeito às diferentes culturas; ecologia dos saberes – temporalidades da água, campo e florestas, pedagogia das águas, territórios vivos); alfabetização; especificidades da saúde local – promoção, prevenção e tratamento de doenças específicas dos territórios), saúde ambiental – agrotóxicos; equidade em saúde; potencialidades dos territórios, conflitos socioambientais e sua interface com a saúde populacional; movimentos sociais de saúde; saúde do trabalhador; violência doméstica e outras violências; modelos de desenvolvimento – modelo energético; relação entre as parteiras e o espaço de saúde e o respeito aos terreiros como espaço de saber – religião no contexto de um Estado laico; racismo religioso; racismo epistemológico/ epistemicídio; conflitos socioambientais – saúde e impacto ambiental; fome; determinantes/determinações em saúde; e diagnóstico preciso e práticas integrativas. Ainda sobre a primeira pergunta, o grupo destacou a importância de se pensar em quem são os povos e comunidades tradicionais que viveram no território e se são reconhecidos por lei. Em relação ao segundo

questionamento “como os processos de trabalho das equipes de saúde podem fortalecer a saúde nesses territórios?” o grupo sintetizou sobre a vivência territorializadas – conselhos locais de saúde; estrutura de trabalho não urbano como pontes de apoio – Associação de moradores, por exemplo, equipes volantes (igrejas, terreiros, escolas, assentamentos, quilombos) que são espaços possíveis onde o cuidado de saúde possam acontecer; troca de experiência com profissionais da saúde que já atuam no território; fortalecimento de vínculo dos profissionais do território; vigilância popular em saúde e participação dos movimentos sociais nos processos formativos; construção coletiva do SUS com a saúde local; vigilância popular em saúde; e participação dos movimentos sociais nos processos formativos.

No que tange ao questionamento n.º 3, o grupo enfatizou a necessidade de metodologias sensíveis e não extrativistas, em que o grupo da terra é um elo entre a comunidade local e os profissionais de saúde, promovendo o diálogo; contratação de mestres de notório saber para atuarem nos territórios; sensibilização e harmonização dos profissionais da saúde promovendo a conscientização e humanização do território; cartografia das águas, campos e floresta, mapeando os saberes.

O Grupo 2 apresentou suas perspectivas sobre os questionamentos propostos. Como saber importante para os profissionais da saúde nos territórios, o grupo debateu que é importante a questão do “maretório” que é um conceito dialético com base científica e coletiva. Saberes e culturas locais e regionais e o conhecimento dos povos ancestrais; entendimento da cartografia e geografia e dos princípios de multi/transversalidade; o entendimento da cartografia é importante para o mapeamento social, a saúde é uma política transversal, que permeia todo o eixo social e pensando na transversalidade, e nos processos formativos para além de formar, mas para aplicar na prática as especialidades. A saúde precisa acontecer a partir do conhecimento dos dois saberes, da ciência e do saber ancestral. Destacou a demanda da violência contra a mulher, onde a aplicação do feminismo é necessário, com ênfase no enfrentamento à violência contra mulheres pretas, e ainda sobre a violência obstétrica; letramento racial, equidade e atenção à comunidade LGBTQIA+, aos povos indígenas e povos tradicionais, visando acolhimento para todes que na prática é a formação das comunidades pesqueiras, para diminuir o preconceito com o “cheiro de peixe”, dentre outros problemas; promoção da saúde; ruralidade; saneamento como manejo do território e da saúde local; formação continuada que perpassa o conceito a partir da realidade local. Destacou que as prescrições médicas precisam ser mais claras, pois a letra é ilegível e o profissional da saúde precisa ter a sensibilidade de entender as peculiaridades do paciente, e até mesmo explicar ao paciente, principalmente os mais velhos, com cuidado no uso da oralidade, em que é

preciso olhar nos olhos do paciente e humanizar o atendimento, surge, então, a necessidade de formar profissionais da saúde com essa percepção, e ainda, que respeitem as práticas de cuidado local. Assim, se faz necessário uma formação de trabalhadores e gestores de saúde capazes de compreender e respeitar os costumes dos povos, tais como a influência da lua na saúde e no meio ambiente, alimentação natural, trabalho e modo de vida dos povos, seus territórios e saberes populares.

Processos formativos em curso ou em construção no âmbito da formação dos movimentos sociais populares

Iniciou com a apresentação do projeto "Vigilância Popular e Participativa em Saúde e Ambiente de Trabalho" com a sra. Gabriela Reis / Secretaria de Vigilância em Saúde (SVSA), que inicia explicando que visa instituir e fortalecer a vigilância popular dentro de serviço, com base nisso, explicou que o projeto se embasou em diretrizes da organização mundial da saúde, sobre as questões éticas da vigilância em saúde pública, nos valores e preocupações da comunidade que devem ser levados em consideração nas fases de planejamento e implementação dos dados da vigilância. A palestrante reconheceu que, atualmente, a vigilância é muito verticalizada e com pouca participação social, por isso, muitas coisas que acontecem no território não tem repercussão para se tornar números, gerar ações e serviços para melhoria da qualidade de vida. Com isso, consideram fundamental fazer a vigilância de indivíduos ou de grupos particularmente suscetíveis a doenças, danos ou injustiças, que exige considerações cautelosas para evitar a imposição de mais danos. Relatou que, no primeiro ciclo, irão priorizar populações e territórios mais vulnerabilizados. Ela explicou que na 17º Conferência Nacional de Saúde ocorreram dezessete deliberações que tratam sobre a vigilância popular, o que evidencia a necessidade de ação. Por isso, pretendem fazer uma articulação no SUS de acordo com as necessidades de cada território, buscam elaborar estratégias próprias de identificação e adequações assistenciais necessárias para promoção e recuperação da qualidade de vida, além de fortalecer o protagonismo das comunidades na identificação das necessidades de saúde, na implementação e na construção de políticas públicas em saúde. Ela destacou que um grande desafio é saber como acolher no âmbito do SUS as notificações do VSPEA – Vigilância em Saúde das Populações Expostas a Agrotóxicos. Questionada sobre o que é VSPEA e a Sra. Gabriela explicou que estão dentro do Departamento de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador, da SVSA e tem outros projetos como o VIGIPEq (Programa de vigilância em saúde de populações expostas a contaminantes

químicos) e o Vigiar e a prioridade é ampliar e fortalecer essa vigilância de agrotóxicos, mas a adesão é por estado e município.

- A mediadora Juliana perguntou quando será o momento para as pessoas acessarem esse projeto. A palestrante explicou que será possível fazer uma consulta pública.
- Eliete sugeriu que fosse melhor especificado sobre as comunidades pesqueiras. Diante disso, a Sra. Gabriela informou que podem mudar para "comunidades quilombolas, indígenas e outras comunidades tradicionais", pois, estão priorizando territórios quilombolas e favelas.
- A Sra. Nega falou que, quando se fala de vigilância, se fala de antecipação. Por isso é inconcebível o projeto de torres eólicas nas águas, e chama a vigilância para dizer que o sofrimento para a natureza já está ocorrendo e ela está dando sinais que não tem mais condições de continuar dessa forma. Que essa perturbação de barulhos externos tem os adoecido e também à natureza, ao ponto de existir todas as crises climáticas que tem ocorrido. Questionou se haverá pesquisa para ver o impacto dos agrotóxicos na água e sedimentos, como irão pensar nessas pesquisas?
- Em resposta, a Sra. Gabriela explicou que está sendo editado uma portaria para tratar desses assuntos e que essa consulta poderá ser feita através de uma reunião a ser agendada. Com relação aos empreendimentos de energias renováveis, ela reconheceu que os impactos na saúde já são visíveis e como Ministério da Saúde, precisam ver como cuidar e promover a saúde nesses territórios que terão uma sobreposição de vulnerabilidade. Informou que querem trazer esse diálogo para outras temáticas para que tomem para si essa responsabilidade, então esse é apenas o primeiro passo para construir um diálogo no Ministério e que os participantes do Grupo da Terra serão convidados para construírem juntos e colaborarem.

Finalizadas as discussões, iniciou-se a apresentação da Sra. Evelin, com o tema "Programa Nacional de Vivências no Sistema Único de Saúde – Viver SUS". A palestrante explicou que o programa possibilita a vivência de diferentes sujeitos na realidade do sistema local de saúde e demais setores da sociedade, permitindo a análise crítico-reflexiva sobre a realidade do povo brasileiro, a Reforma Sanitária Brasileira em Saúde e a reorientação da formação na perspectiva da integração entre ensino-serviço-comunidade. Sua realização fica estabelecida através de imersão, na qual o grupo de participantes se reúne na localidade previamente definida e fica integralmente disponível às atividades teórico-práticas-reflexivo-vivenciais. O projeto apresenta como foco principal o estímulo dos viventes em defesa da saúde pública e

do fortalecimento do Sistema Único de Saúde, para a construção de uma sociedade equânime. A palestrante informou que o público alvo do projeto é a área estudantil, docentes, trabalhadores da saúde, residentes em saúde e movimentos populares. Ela destacou que na modalidade de movimentos populares, buscam articular os movimentos populares para a defesa do SUS e da saúde como direito, compreendendo criticamente a relação Estado/sociedade no contexto do direito à saúde enquanto política pública; buscam ampliar a participação de integrantes de movimentos populares e lideranças comunitárias nas instâncias participativas do SUS, bem como qualificar a participação desses sujeitos nos processos de formulação, implementação e gestão no âmbito do SUS; fomentar o protagonismo popular no desenvolvimento de ações que envolvam a mobilização pelo direito à saúde; promover intercâmbio de experiências relacionadas à saúde desenvolvidas pelos movimentos populares e contribuir para a valorização do conhecimento e das práticas populares de cuidado. Ela explicou que poderão participar do projeto os integrantes de movimentos populares, lideranças comunitárias e membros de instâncias de Controle Social na Saúde (Conselhos locais, distritais, municipais e estaduais), desde que com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos. Que as vivências devem ocorrer no sistema público de saúde local, contemplando preferencialmente estabelecimentos da saúde na Atenção Primária à Saúde, Atenção Especializada, Atenção Hospitalar; Gestão; Vigilância; Conselhos da Saúde; Movimentos Sociais populares, territórios de populações tradicionais e povos originários. O período da vivência deve compreender o mínimo de 05 (cinco) e o máximo de 12 (doze) dias. A palestrante apresentou um modelo de governança, pautado em Comissões Político Pedagógica local - CPP, que terão como competência a elaboração e submissão do projeto à Comissão Nacional; a coordenação da execução de todo o processo da vivência local; a identificação de cenários de vivência conjuntamente à Secretaria Municipal de Saúde e demais instituições; a realização da formação e preparação dos membros da CPP local e a organização de cenários de vivência.

Debate:

- A Sra. Laila relatou que, no momento de elaboração da portaria é importante entender o que construir junto com o grupo da terra, qual a proposta para a vivência dos movimentos populares, a que ela vai servir para os movimentos populares, se é formação de lideranças, de coletivos de saúde ou da base da militância. Com isso, conseguirão ajudar a formular a portaria e os objetivos dessa vivência.

- O Sr. Alisson complementou falando que o tema da vivência, como um dispositivo pedagógico para produzir conhecimento significativo, é fundamental. Ele relatou que já estão conversando com a equipe e a secretaria de gestão do trabalho da educação para retomar as vivências e as iniciativas do Ver-SUS. Com isso, espera que consigam implementar e estão esperando apenas que se desenrole os procedimentos no Ministério. Destacou que os movimentos sempre foram importantes em configurar essas iniciativas para os estudantes.
- A Sra. Noemi disse que possuem experiência em Santa Catarina em que estudantes precisam entender que estão em estágio de vivência e não de férias, que precisa preparar esses estudantes para de fato vivenciar as tarefas e que estão formando trabalhadores na saúde. Questionou como é possível interferir um pouco na grade curricular do MEC. Por fim, ela lamentou que o projeto tenha que ser construído pelos gestores do município.
- O Sr. José pontuou que é importante se esforçar para que o CONASEMS e o CONAS participem, pois, precisam do gestor e esses conselhos podem dialogar com o gestor de saúde. Que tudo que foi proposto é para mexer na estrutura da forma de atendimento, na formação dos trabalhadores para ter uma mudança na convivência e para isso é necessário o gestor. Ele sugeriu aumentar um público, da pastoral da saúde, pois, o que querem é por mais pessoas para falar e a pastoral tem um acesso interessante à população.
- O Sr. Alisson pontuou que a ideia não é aprofundar em tudo o que é o Viver SUS, mas é importante destacar o que o Viver SUS não é. Com base nisso, ele explicou que o ViverSUS se inspirou em vivências em áreas de reforma agrária e não vivenciam os movimentos fundamentalmente, mas nos serviços do SUS, a partir dessa vivência pode ter momentos que se trata de reforma agrária.
- A Sra. Célia relatou que em 2018 receberam três residentes da Fiocruz/Pernambuco e foi uma experiência muito positiva, pois, os residentes exploraram o que foi possível relacionada a juventude, às parteiras e às mulheres. Que tiveram muito apoio dos movimentos e construíram uma cartilha muito bonita com as parteiras. Ela explicou que foi uma experiência muito rica e segura. Mas pontuou que é necessário deixar esses estudantes a vontade, para que possam buscar os entendimentos e sugeriu continuar com essa política.
- O Sr. Marcos questionou quem vai organizar essa vivência e como vai ser o

financiamento? Que quando há essas diferenças regionais, cada região terá uma organização diferente, uma articulação local diferente. Por isso, sugeriu colocar na apresentação “sistema regional” e não “sistema local”.

- A Sra. Nega comentou que para o povo das águas, quando essa vivência não orienta as pessoas para irem às comunidades, essas pessoas não respeitam a lua, o tempo das águas e outras coisas. Que já tiveram experiências com veganos e se sentem criminalizados por comer a comida da comunidade, que tiveram pesquisadores que taxaram os pescadores de preguiçosos ou desorganizados, pois não entendem sobre a rotina de horários e organização da pesca de acordo com o período lunar. Que tiveram ótimas experiências com residentes que foram preparados pela Fiocruz, que professores que vão vivenciar e retornam para preparar os seus alunos é muito mais eficiente.
- A Sra. Juliana relatou que fez vivências em educação popular, que tinha um formato diferente, com um ano de imersão nas realidades sociais e que foi transformador. Sugeriu pensar na possibilidade de fazer um processo de formação para o movimento também, para que outras pessoas aprofundem esse olhar sobre a saúde.

Em resposta, a Sra. Evelin manifestou sua alegria por ter tantas histórias compartilhadas, que isso mostra a potencialidade do movimento. Reforçou que faz sentido que os estudantes estejam em contato com os movimentos e que isso continue e melhore aprofundando a vivência dos movimentos nos espaços de mobilização. Relatou que não dá para não ser com o gestor, pois, ele precisa estar junto, mas ele não pode ser o proponente. Relatou a experiência que teve em outro momento, em que um gestor desistiu depois de tudo pronto. Com isso, a ideia é experimentar e depois remodelar e rediscutir com outras pessoas sobre novas possibilidades. Convidou a todos para que ocorra novas apresentações do grupo, para compor a comissão que irá pensar em como esse projeto irá acontecer. Com relação ao financiamento, explicou que é completo.

Dando sequência às apresentações e debates, a Sra. Laila falou sobre o programa de formação de “Agentes de Educação Popular em Saúde - AgePOPSUS” Disse que os editais já foram aprovados, tanto do projeto que irá contemplar a região da Amazônia Legal, quanto o do projeto que irá contemplar as demais regiões do país. A SGTES irá lançar o edital e os educadores precisam ser indicados e os requisitos necessários para o perfil do educador; os educandos serão indicados pelos movimentos sociais populares após o resultado final do edital e informou que o resultado preliminar dos editais saia até o final de abril de 2024. A Sra.

Lilian falou sobre o guia do educador e dos educandos, que irão direcionar o estudo. Explicou que a prioridade será para as florestas, campos e águas, o que não significa que as outras áreas não serão atendidas, mas a prioridade é para esses territórios.

Debate

- A Sra. Filomena questionou sobre a prestação de contas, e a Sra. Laila disse que através de um relatório será feita a prestação de contas.
- Sra. Elionice questionou sobre o que está previsto de horas aula. A Sra. Laila disse que a carga horária é de 160h para o curso.
- A Sra. Maria Casé indagou se o custo amazônico será incorporado aos agentes populares, visto o alto custo da região.

Por fim, a Sra. Juliana explicou que a SGTES elaborou uma proposta de acompanhamento de processos formativos que envolvam a política de saúde do campo, floresta e águas e encaminhou uma matriz para as demais secretarias do Ministério da Saúde preencherem e assim, terá um alinhamento destes processos.

22/03/2024

Participação da Ministra da Saúde, Sra. Nísia Trindade

Compostas uma mesa com a Sra. Elionice Sacramento, representando os movimentos sociais do grupo da terra, Sra Juliana e Sr. Valcler da Assessoria Especial do Gabinete da Ministra da Saúde e a Sra. Ministra Nísia Teixeira.

Iniciou com a sra. Elonice, que expressou seu compromisso com o diálogo entre o campo e a cidade, reconhecendo a importância desse intercâmbio para fortalecer as comunidades rurais, florestais e aquáticas. Ela reiterou o apoio irrestrito ao Sistema Único de Saúde (SUS), destacando os princípios de equidade que ele representa, e expressou solidariedade à ministra responsável, enfatizando sua disposição para o diálogo e ressaltou que o apoio ao SUS e ao Ministério da Saúde não é apenas regional, mas parte de um território composto por elementos tangíveis e intangíveis. Ela defendeu um diálogo mais próximo e constante entre as comunidades e o Ministério, rejeitando uma defesa baseada apenas nas notícias da mídia. Além disso, destacou que a disputa política e a luta por direitos também têm uma dimensão espiritual ancestral, oferecendo orações e apoio espiritual à ministra. Ela encerrou sua fala com um abraço em nome das populações do campo, floresta e águas, celebrando a

diversidade e clamando por uma democracia que garanta os direitos de todos, em todos os cantos do país. Após, passou-se a palavra à Ministra Nísia Teixeira que cumprimentou e agradeceu a todos. Falou que, mais que diálogo, é a construção de agenda que interessa. Que é comum os companheiros de partido político terem um desequilíbrio de informações. Que estão impactados desde o início do ano, por ataques de todos os lados, mas afirma que isso não irá paralisar as ações ou mesmo estremecer as relações. A Ministra explicou que, no ano passado, fizeram todas as entregas com avanço, algumas com impactos muito grande nos campos, nas florestas e nas águas e hoje, há uma atenção maior às especificidades de cada região. Existe uma agenda muito concreta, que a defesa está clara e convidou os participantes a construírem uma agenda em comum compondo com o G20 Social, de forma convergente. Mencionou a importância de responder às cobranças do presidente Lula sobre o que não avançou no ano anterior e destacou a relevância de questões como atenção primária à saúde. Ela ressaltou a necessidade de uma agenda convergente e o papel do G20 nesse contexto, destacando a prioridade dada à aliança mundial contra a fome. Além disso, a ministra abordou questões de saúde pública, como equidade em saúde, preparação para pandemias e saúde digital. Ela enfatizou a importância de uma abordagem integrada e o fortalecimento das relações internacionais, especialmente no contexto do G20. Por fim, a Ministra discutiu o tema da religião, defendendo uma política de respeito à diversidade religiosa e destacando o papel das religiões na coesão social. Ela mencionou o apoio recebido de diversas religiões para ações de vacinação e diálogo social e concluiu ressaltando a importância do fórum em contribuir para a construção de uma agenda inclusiva e colaborativa.

Roda de conversa: Como promover o acesso para o cuidado da população do campo da floresta e das águas?

Iniciada a roda de conversa, foram chamadas as pesquisadoras convidadas:

A Sra. Ligia Giovanella (FIOCRUZ) agradeceu a todos pela oportunidade e abordou sobre a pesquisa que desenvolveram, chamada “Atenção Primária em Saúde em Municípios Rurais Remotos no Brasil”, explicou que a pesquisa tem o objetivo de compreender as particularidades dos contextos rurais remotos brasileiros, tendo em vista a organização e provisão da Atenção Primária à Saúde (APS), alinhada aos princípios basilares do Sistema Único de Saúde (SUS) que as diversas barreiras geográficas e ambientais devem ser pensadas como uma situação real, que tem que orientar o planejamento, para que possam superar e promover o acesso. Após sua fala, a palestrante apresentou um vídeo explicativo sobre a pesquisa, no qual, expuseram que a pesquisa utilizou conceitos da geografia crítica, para

entender as peculiaridades desses municípios. Após análise, foram identificados seis grupos distintos, como o Norte de Minas e os semiáridos. Observou-se que o acesso aos serviços de saúde varia entre moradores da sede do município e aqueles que vivem em áreas mais remotas. A falta de políticas que garantam o transporte de usuários até os pontos de atenção é uma questão crítica, principalmente devido às longas distâncias e à vulnerabilidade socioeconômica dessas populações. Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) desempenham um papel crucial nessas áreas remotas, sendo responsáveis por visitas domiciliares e atividades de prevenção, além de serem o profissional mais presente e acessível. No entanto, a presença da Estratégia de Saúde da Família é menor nas áreas mais remotas, devido à dificuldade de fixação de profissionais, especialmente médicos. A pesquisa destaca a necessidade de políticas públicas que abordem os desafios de acesso à saúde em áreas rurais remotas, além de reconhecer o papel fundamental dos ACS na prestação de serviços de saúde nessas comunidades.

Para apresentar os resultados do estudo realizado, a Sra. Márcia Fausto (Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz) explicou que ele teve como objetivos de pesquisa especificar a organização e acesso aos serviços de APS – Atenção Primária na Saúde – no SUS em MRR brasileiros, onde buscou-se verificar os municípios dentro do contexto rural regional; como estavam os serviços de saúde e dos profissionais de saúde. A Sra. Márcia disse que o estudo foi feito em vinte e sete municípios rurais remotos no período de maio a novembro de 2019, em que foi possível identificar que apesar de distintos, os municípios são homogêneos em alguns aspectos, tais como, baixo número de habitantes, população com renda per capita baixa, baixa densidade demográfica o que acarreta algumas dificuldades para a aplicação dos serviços de saúde. Ela disse que desde do ano de 2021 foram promovidas discussões, disseminações e validações dos resultados obtidos pela pesquisa. Ela concluiu apontando como gargalos a organização da oferta de serviços de APS, provisão de atenção especializada, transporte sanitário, barreiras de acesso, força de trabalho em saúde e educação permanente, o que demanda proposições para uma APS forte, abrangente, territorializada e integrada à rede de atenção à saúde.

Dando continuidade, a Sra. Patty Fidelis de Almeida (UFF) explicou que representam na reunião também o grupo de estudantes e pesquisadores responsáveis pela pesquisa, e disse que na realidade estudada, a Atenção Primária Integral está inserida no contexto da Atenção Primária Especializada; ela contou que o SUS é o principal prestador de serviço utilizado pela maioria dos municípios em que foi feita a pesquisa, e os valores dos exames e consultas especializadas estavam defasados em relação ao mercado médico, além da escassez e a pouca

diversidade de prestadores nas regiões. Contou também, sobre os consórcios de saúde, em que os Intermunicipais utilizavam a rede privada de saúde apenas para situações de urgência e emergência, que os municípios não suportavam a demanda. Explicou que puderam constatar a descontinuidade do serviço de recursos para compra direta de serviços privados, bem como de médicos visitantes para atender à população, e que diante da grande dificuldade de prestação do serviço de saúde pública, o paciente precisava pagar pelo serviço na rede privada. Ela disse que a maior diversidade de estratégias foi em relação ao transporte sanitário promovido pelas prefeituras por algum tipo de veículo, ambulâncias municipais de menor complexidade, caronas em ônibus escolar, a pé, animal, carona com vizinhos ou familiares, transporte público financiado pelas prefeituras ou com recursos próprios dos usuários, dentre outros. Explicou que todas as dificuldades de transporte são enfrentadas pelos usuários e pelos profissionais de saúde, portanto, para os profissionais era inviável, por vezes, se deslocar para participar de especializações. A Sra. Lígia Giovanella contou que na pesquisa foram identificadas estratégias visando atender em algumas localidades políticas que auxiliem no aprimoramento dos profissionais de saúde, como serviços itinerantes periódicos, profissionais em sobreaviso, e outras.

Nessa oportunidade, as secretarias SAES, SEIDIGI e SAPS, foram convidadas para socializarem seus posicionamentos e ações na Roda de Conversa.

- O Sr. Eudes – SAPS – disse que a secretaria entende que é preciso olhar as especificidades de cada território, também a visão multiprofissional (Emulti-SUS) para o atendimento da população dos territórios e disse que entende que é preciso avançar na ampliação dos profissionais e no atendimento aos municípios. Ele disse que a SAPS vem discutindo a necessidade de ampliação do escopo de prática do profissional da enfermagem. A Sra. Lílian complementou dizendo que para discussão do acesso faz-se necessário falar de universalidade e integralidade e do processo multiprofissional, finalizou mobilizando os representantes dos movimentos sociais a participarem do AgePopSUS.
- O Sr. Rubens – SAES – explicou que a secretaria vem realizando as ações para fortalecer os povos das águas, campo e florestas; disse que o histórico da atenção especializada no país e no SUS sempre foi de uma atenção focada em hospitais, com pouca lógica do sistema, e a secretaria vem trabalhando para mudar esse dado histórico. Ele contou que foi aprovada em 2023 a PNAES - Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde no âmbito do SUS (Portaria GM/MS nº 1.604/2023), e encorajou os movimentos sociais a cobrarem a implementação da política em seus territórios; o Sr. Rubens disse

que é fundamental que os municípios se organizem para o atendimento das teleconsultas.

- A Sra. Irania – SEIDIGI – parabenizou a pesquisa apresentada, e falou sobre as potencialidades da secretaria para que possam favorecer o acesso e como foi apontado na reunião, objetiva-se garantir o acesso à saúde, pensando desde a promoção e prevenção até a atenção especializada. Ela disse que a secretaria objetiva implementar no SUS a potencialidade da transformação da saúde digital para promoção do acesso. Ela destacou que um grande dificultador para a promoção do acesso às populações dos territórios é a falta de informação; explicou que os bancos de dados federais e os bancos de dados do Ministério da Saúde não conseguem ainda, enxergar a atenção especializada, o que dificulta o acesso efetivo da saúde a quem precisa, o que resulta na invisibilidade de dados, ocasionando a dificuldade da aplicação das políticas de saúde nos territórios, pois as demandas acabam por ficar desconhecidas. Disse também que o Ministério da Saúde vem se debruçando para aprimorar a implementação de novas tecnologias de acesso nos territórios e a capacitação dos profissionais da saúde, o que facilitará o acesso. Ela destacou que é preciso organizar a sistemática de monitoramento e avaliação, visto que nada se faz sem recursos.

Debate:

- O Sr. Lacerda fez um paralelo falando sobre a educação do campo, que só existe em razão das lutas para a implementação de escolas no campo. Ele disse que os profissionais que trabalham nos contextos das águas, campo e florestas precisam entender a cultura do território. Ele ainda disse que é preciso considerar as áreas remotas e as comunidades isoladas com prioridade.
- A Sra. Eliete destacou que na data da reunião foi comemorado o dia nacional das águas, e que representa também um dia de dor e luta, diante da realidade da poluição das águas. Comentou que a pesquisa apresentada falou muito sobre os territórios remotos, em que as embarcações são fundamentais para se poder chegar até o território. Ela destacou a importância de construir conexão entre o combate do racismo ambiental e a alimentação, que é fundamental para o combate de doenças nos territórios.
- O Sr. José de Oliveira sugeriu que a pesquisa deve mostrar a visão dos usuários, para além, da visão dos profissionais da saúde.

- O Sr. Marco disse que gostou do trabalho de pesquisa apresentado e observou que é preciso entender que a área rural não é complexa e que existem várias regiões remotas. Ele disse que o profissional médico que vem de um processo formativo recente, muitas vezes, não tem experiência proporcional para atender as comunidades, uma vez que é essencial que o profissional de saúde entenda e respeite a cultura e o contexto do território. Indagou qual o programa para implementar a fixação dos médicos nos territórios, e ressaltou a necessidade do elo de confiança entre médico e paciente, o que faz com que a promoção da saúde evolua.
- A Sra. Célia questionou sobre a pactuação do conceito da saúde, visto que em alguns municípios fazem pactuação com outros visando interesses e vantagens; isso inibe a ação das parteiras. Ela falou ainda sobre o acidente de trabalho, em que diversas vezes para socorrer uma urgência com trabalhador acidentado é extremamente dificultoso o acesso ao hospital.
- A Sra. Livia falou sobre o programa de Residência Médica do Campo que é, atualmente, uma estratégia exitosa, mesmo diante das dificuldades. Explicou que a SGTES vem trabalhando em estratégias e programas da pauta educação e trabalho e provocou o debate de um diálogo futuro, em uma próxima reunião, sobre as experiências que a secretaria vem trabalhando nos campos da educação e do trabalho dos profissionais da saúde.

Foi registrado pelo movimento social das águas a reivindicação da conceituação de povos das águas, pois a população das águas é ampla e muitas vezes não é visibilizada.

Finalizando os trabalhos da manhã, foi sintetizado que existe a necessidade de mais reuniões para debater os apontamentos da reunião, principalmente no que diz respeito à acessibilidade aos territórios, acesso aos transportes, verbas para promoção das políticas, capacitação dos profissionais da saúde, questões ambientais, industriais e políticas que adoecem os povos do campo, da floresta e das águas, e incentivo ao cuidado da alimentação, vetor básico para promoção da saúde humana, meio ambiente e mundial, em um contexto globalizado.

Sínteses e Encaminhamentos

Ao retornarem do almoço, iniciou-se o momento de sínteses e encaminhamentos em que o Sr. Valcler agradeceu a todos os participantes do evento e pontuou que para a realização desta reunião foi possível devido a união de várias secretarias que construíram tudo coletivamente. Ele informou que possuem algumas propostas, como:

1. Plano de comunicação para o grupo da terra, para alcançar as bases;
2. Olhar para questões orçamentárias, para conseguir sintetizar melhor o quanto de recurso está sendo aplicado nessa política;
3. Trabalhar alguns grupos com pautas específicas, com referência em algumas pessoas para poder fazer a comunicação de forma mais ágil nas trocas e formulações, evitando tratar sobre os temas somente com membros do governo. Para isso, buscam ter pessoas dos movimentos sociais para serem referências e tratar os assuntos de maneira mais colegiada.
4. Sobre o saneamento, pontuou que, para além da Nota Técnica da FIOCRUZ, seria importante uma posição do Grupo da Terra. Ainda, que seja agendada uma oficina de trabalho, para criarem representações e dispositivos de grupos que possam dialogar sobre essas questões.
5.

Debate:

- A Sra. Lilian reforça a pertinência da composição dos grupos de trabalho no sentido de articularem com as secretarias do MS. Que existem várias coisas para alinhar internamente como a questão do monitoramento, do EAD, da telessaúde e é necessário o olhar de todos.
- A Sra Elionice ressaltou que essa é uma partilha da confiança e o grupo da terra se reuniu e concluíram que, nos próximos eventos, querem estar no processo de definição, da coordenação, da programação, inclusive, do lugar que será realizado a atividade, pois, sentiram um desconforto muito grande em estar no espaço em que foi realizado o evento, assim como o excesso de garrafas de água fornecidos no evento. Além disso, pontuou que as outras universidades são bem vindos, mas não podem perder de vista o debate histórico, sendo de suma importância que se chame a Fiocruz Brasília para participar. Ela relatou que na quarta-feira santa irão se reunir para poder fazer memória no processo de discussão sobre saneamento e a partir disso, tendo como memória as representações de campo, floresta e água, farão as indicações dos nomes. No que concerne a indicação dos outros grupos, inclusive para discutir a atenção básica, consideraram que não há condições de indicar esses nomes atualmente, em razão da pluralidade de regiões do Brasil. Por isso, propôs um encontro do movimento da terra para construir um documento com as propostas para embasar as representações que irão indicar para os grupos. A oradora solicitou suporte do MS para garantir a realização desse encontro que visa a sistematização das demandas mais

urgentes. Sugeriram que esse encontro ocorra entre final do mês de abril ou início do mês maio do corrente ano.

- A Sra. Nega expressou preocupações e posicionamentos sobre a proposta de formação de subgrupos dentro do grupo da terra, enfatizando que não se sentem confortáveis em dividir o grupo. Ela destacou sua identidade como pescadora, mulher preta e que circula em diversas áreas, incluindo florestas, nas matas, no campo e nas e cidades. Referenciou a importância da inclusão e participação ativa, citando o lema "Nada sobre nós, sem nós". Observou a falta de adequação das apresentações de informações até o momento, ressaltando a urgência de ações diante do genocídio nas comunidades e da degradação ambiental. Insistiu na necessidade de sistematizar as discussões e propostas já apresentadas pelo grupo da terra, através de um encontro de dois dias, reiterando a importância de uma resposta rápida por parte do Estado.
- A Sra. Noemi expressou uma preocupação persistente desde o início da discussão sobre grupos e movimentos, remetendo ao período do governo anterior. Ela compartilhou uma experiência em que foram convocados para uma reunião no MS com a proposta de apenas três representantes, o que gerou desconforto entre eles. Decidiram que deveriam ser representados todos ou nenhum, enfatizando a diversidade do campo que cada pessoa representa. A necessidade de representação verdadeira do campo, da floresta e da água foi ressaltada, juntamente com a importância de botar no papel suas demandas em uma oficina presencial. A ideia não é alcançar um consenso imediato, mas sim documentar suas necessidades e bases para futuras negociações. Além disso, destacou a importância de compreender as implicações de decretos recentes, como o que privatiza o saneamento, e a necessidade de entender o significado do saneamento rural parar no Ministério das Cidades. Ela solicitou a contribuição do Sr. Alexandre, reconhecido por seu vasto conhecimento, para esclarecer pontos importantes e evitar armadilhas em potencial

  nas negociações com o Ministério das Cidades. Por fim, esclareceu que essa análise crítica é essencial para garantir uma abordagem mais clara e consciente no encaminhamento das questões levantadas.
- O Sr. Valcler começou sua fala abordando o Conselho Nacional de Saúde e a importância de entender seu funcionamento, destacando a mesa diretora como responsável por definir a pauta e fez uma analogia com o tempo que passa e a necessidade de respeitar os momentos de fala. Ele destacou que certos métodos podem não ser simpáticos, mas são eficazes para facilitar o processo participativo. Ele

enfatizou que é necessário aprender com esses métodos para melhorar a participação. Sobre a questão da Fiocruz Brasília, ressaltou que é uma unidade da presidência e que a esta cabe a tomada de decisões. Apontou a necessidade de corrigir informações para uma transmissão adequada de conhecimento, apontando para a dificuldade em fazer isso em um ambiente de reuniões muito espaçadas e com muitas pessoas. Ele mencionou a importância dos contatos com o movimento social e como isso afeta a agilidade dos processos. Ainda, elogiou a potência de certos grupos de trabalho e ressaltou a importância das representações dentro deles. Ele fez um pedido para que não comparem o que estão fazendo com um "golpe", destacando a importância de não desvalorizar o trabalho realizado. Ele enfatizou a necessidade de uma discussão baseada em evidências científicas e alertou para o risco de confusão ao misturar argumentos e enfatizou a importância das palavras e seu significado dentro do contexto das discussões. Ele continuou sua fala abordando uma falha no processo de reconstrução é muito difícil e tem que ter muita paciência. Quanto ao espaço para a reunião, ele pontuou que foi uma falha deles, pois o processo de escolha foi aberto há mais de dois meses atrás, mas a resposta só foi recebida na semana anterior ao evento. Ele descreveu a situação do primeiro espaço escolhido, que estava inadequado para a realização da reunião devido a problemas na estrutura, falta de refrigeração e más condições dos banheiros e da cozinha, por isso, o evento foi realizado em um hotel.

- A Sra. Lilian expressou sua visão sobre o processo de aprendizado em que o governo está envolvido, destacando a importância de considerar os tempos institucionais e os tempos do movimento. Ela mencionou a tentativa do governo de acertar e abordar a questão dos tempos, referindo-se à proposta de discussão dos processos formativos para o início do ano. Enfatizou que a intenção não é dividir, mas sim estar mais próxima dos grupos para facilitar os processos de recondução e partilha com o grupo da terra. Ela reconheceu a dificuldade de realizar oficinas a cada três meses e a angústia de não conseguir atender às necessidades expressas pelos grupos. Além disso, apontou que as propostas dos processos formativos já foram iniciadas e que é inviável esperar por todo o processo de reconstrução do grupo da terra para avançar nesse sentido, destacando a importância de operar com estabilidade no espaço burocrático governamental.
- A Sra. Irania expressou a necessidade de permitir que muitos dias sejam deixados em aberto no horário das reuniões, para garantir que questões de encaminhamento sejam respondidas adequadamente na próxima reunião. Ela enfatizou a importância de

definir uma pauta ou pré-pauta para a próxima reunião, sem impedir a participação de quem deseja contribuir. Ela ressaltou a importância de definir claramente os temas a serem discutidos e os encaminhamentos a serem tomados, para evitar que o ano termine sem uma definição clara sobre as questões centrais e ações a serem realizadas. Ela reconheceu os obstáculos que podem surgir no âmbito do governo, mas destacou a necessidade de superá-los para garantir que as coisas aconteçam da melhor forma possível. Sua sugestão foi de organizar e planejar os temas a serem discutidos, permitindo que todos se preparem adequadamente para as próximas etapas. Em suma, a proposta foi de manter uma dinâmica flexível nas reuniões, apontando caminhos para discussão e tomada de decisões futuras.

- A Sra. Gisley destacou que os movimentos têm uma trajetória mas também encontra certa fragilidade em algumas discussões sobre temas de saúde. Ela enfatiza a necessidade de os movimentos se reunirem para aprofundar temas importantes, visando maior protagonismo e capacidade de deliberar. Destaca a importância de uma formação específica para esses movimentos e ressalta que não se trata de resgatar o passado, mas sim de fortalecer a representatividade e a capacidade de diálogo. Ela apontou que as pautas para discussão já foram estabelecidas em seminários anteriores, incluindo temas como cuidados primários, vigilância e saneamento. No entanto, há a necessidade de aprimorar os métodos de convocação e organização dessas reuniões, sugerindo a inclusão de pessoas com histórico de engajamento e compromisso com os movimentos. Propôs um espaço de dois a três dias para reuniões mais eficazes, com uma metodologia que permita maior protagonismo dos movimentos e menos dispersão de voz. Salientou a importância de uma dinâmica que permita a discussão e elaboração de encaminhamentos precisos para os temas em questão. A oradora sugeriu a realização de um processo de formação paralelo às reuniões do grupo da Terra, onde as lideranças possam discutir com pesquisadores especializados e elaborar propostas mais consistentes. Propôs uma metodologia mais assertiva, que não se limite a seminários ou exposições, mas que permita aos movimentos debater previamente os temas e chegar às reuniões com ideias mais afinadas. Por fim, ela destacou que o problema não está nas pautas em si, mas sim na dinâmica e na metodologia das reuniões, e enfatiza a importância
de espaços onde os movimentos possam se reunir autonomamente para discutir suas questões, com o apoio de especialistas quando necessário.

- A Sra. Priscila enfatizou a necessidade de momentos em que os movimentos possam surgir organicamente para formular ideias em conjunto. Ela também mencionou uma luz que surgiu ao longo da história do grupo, ressaltando que eles estão fervilhando de ideias e estão comprometidos em colaborar e criar juntos. Reconheceu a necessidade de dar espaço para as lideranças do grupo, mas também enfatizou o desejo deles de contribuir e direcionar as discussões. Compartilhou que o MS quer elaborar um plano de monitoramento para a política, que montaram uma proposta que eles vêm desenvolvendo desde o ano anterior, mas não foi discutida na reunião atual, devido à sua natureza temática. Em razão disso, ela propôs a criação de um grupo de trabalho para começar a trabalhar na proposta, destacando a urgência de iniciar esse processo e não esperar até a próxima reunião em julho. Ela enfatizou a importância de ter momentos de diálogo e colaboração para qualificar o processo de trabalho do grupo, sem necessariamente fazer pressão, mas buscando entender o modelo de atenção necessário. A participante concluiu sua intervenção destacando a importância de aproveitar o momento histórico para estabelecer ações de longo prazo e incentivando a gestão a priorizar esses momentos e a acolher as dificuldades enfrentadas pelo grupo no trabalho conjunto.
- O Sr. Junior destacou a importância da esperança e da revolução, inspirada nas ideias de Paulo Freire, como elementos fundamentais para o desenvolvimento social. Enfatizou que o governo atual foi eleito pelos movimentos sociais e ressaltou a necessidade de definir conjuntamente um modelo de desenvolvimento para o país, baseado na democracia, e defendeu a construção conjunta com o governo. Para isso, sugeriu que é hora de agir e seguir em frente, em vez de focar apenas em apontar erros ou acertos. Reiterou a importância de ouvir os movimentos sociais e trabalhar em conjunto para avançar nas próximas reuniões. Ele conclui reforçando a necessidade de compreensão mútua e colaboração entre os movimentos sociais e o governo.
- O Sr. Marco expressou preocupação em relação à representação dos movimentos populares, destacando a dificuldade de encontrar uma ideia comum para representar, devido à falta de acúmulo no debate. Ele questionou a possibilidade de discutir um modelo de saúde com diferentes populações sem uma base construída para essa discussão e falou do desejo de participar e ser ouvido, ressaltando a urgência na implementação de políticas públicas.
- A Sra. Juliana sugeriu que definissem a data para evitar ficarem reféns de prazos apertados, como ocorreu anteriormente. Propôs que a próxima reunião ocorra no

início de julho, na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag. Destacou a importância de ter tempo para discutir sugestões, inclusive durante os intervalos para lanche e propôs a inclusão de uma noite cultural para promover integração. Concluiu indicando a importância de obter consenso antes de prosseguirem com os planos.

Principais encaminhamentos:

- Saneamento Rural: organizar uma oficina com movimentos, ministério das cidades e da saúde para retomada do plano de implementação do PNSR, sem data definida. Conversa com Alexandre Pessoa para alinhar entendimentos e traçar passos junto aos movimentos, de forma virtual 28/03, das 8h - 10h.
- Ministério da Saudé vai buscar apoio para a realização de uma oficina de debate e formulação dos movimentos sobre modelo de atenção à saúde com indicativo de data para final de abril e início de maio.
- Ministério da Saúde vai começar grupos de acompanhamento para pautas como Saneamento Rural, Educação e Saúde e Modelo de Atenção, ficando aberto para participação de pontos focais dos movimentos.
- Próxima reunião do Grupo da Terra: Será de 2 a 4 de julho, em algum local de referência dos movimentos, em Brasília. Duas semanas antes acontecerá uma reunião virtual para alinhamento e elaboração de método e pauta da reunião.

Brasília, 16/04/2024.

Assessoria Especial de Saúde em Territórios de Periferias

Gabinete da Ministra da Saúde

Assessor Especial: Valcler Rangel

Assessora Técnica: Juliana Acosta